



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO
CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO,**

NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2025

N.º 01/2025

----- MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente – Daniel Filipe Matos dos Santos, 1.º Secretário – José Emílio Esteves da Silva, 2.º Secretário – Paula Cristina Morais Guedes Borges -----

----- PRESENÇAS: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----

----- Manuel Aguiar Rego, Rosa Martins Cardoso, António Paulo Monteiro Pinto Conceição, José Afonso Matos Castro Gonçalves, Gil Carlos Lourenço Teixeira, Inês Nogueira Rebelo, José Manuel Amorim Almeida, Ângelo Armindo Barreira Sequeira, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio e Sara Luzia Coutinho. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”: -----

----- Isabel Maria Mourão Felizardo. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----

----- Branca Maria Magalhães Bernardo Mota. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela coligação PPD/PSD e CDS-PP: -----

----- Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, Eugénio Conceição Borges Rocha, António Manuel Rocha Gomes, Tiago Borges Magalhães, Maria Enide Gouveia da Silva Menezes Seixas, Maria Manuel Aires Nogueira. -----

----- **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Manuel António Esteves Rebelo, António Júlio Mesquita Fernandes, Fernando Borges Moreira, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Jóni André Borges Madureira e João dos Santos Silva. -----

----- **AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

----- **PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, Vice-Presidente, Fernando Mourão Gonçalves, Daniel Joaquim Andrade Teles e Hugo Alexandre da Cunha Sequeira, Vereadores. --

----- **SECRETARIOU:** Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio, Assistente Técnico da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** 18:00 HORAS. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1 –** Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 29 de novembro de 2024. -----

----- **1.2 –** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- **1.3 –** Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1 –** Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2 –** Tomar conhecimento sobre Circular da DGAL, Alerta Precoce – Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento, nos termos do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2024. -----

----- **2.3** – Tomar conhecimento do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 8 de janeiro de 2025); -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Fontes, para Reparação do Telhado do Pavilhão Gimnodesportivo, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- **2.5** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Fontes, para Aquisição de uma Carrinha de 9 lugares, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- **2.6** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Sever, para Reabilitação do Edifício e espaço do Campo de Paredes D'Arcã, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à União de Freguesias de Louredo e Fornelos, para a colocação de Caixilharia na antiga Sede da Junta de Freguesia de Louredo – Fiolhais, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à União de Freguesias de Louredo e Fornelos, para Pavimentação e Arranjo de Caminhos, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025, contemplando a integração do saldo de execução orçamental 2024, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2025; -----

----- **2.10** – Deliberar sobre o projeto de Regulamento de Vendas de produtos regionais, merchandising e souvenirs do Município de Santa Marta de Penaguião, para efeito do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 setembro e proceder à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

---- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de 2025. -----

----- *“Muito boa tarde, sejam bem-vindos ao salão nobre do município de Santa Marta de Penaguião. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, restante executivo, senhores deputados da Assembleia Municipal, senhor Chefe de Divisão*

Eng.º Ricardo Madeira e ao nosso estimado público que muito nos honra com a sua presença.” -----

----- 1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

----- 1.1 – Discussão e aprovação das atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 29 de novembro de 2024 e de 28 de fevereiro de 2025. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Relativamente à ata tenho apenas um apontamento, na página 31 aparece “solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira”, e depois não tem nada. Relativamente ainda a este assunto, é de agradecer a quem faz as atas, que tenha em atenção porque quando as vamos ler não reflete fielmente o que é vertido nas assembleias municipais, nomeadamente com questões de entoação e pontuação. Ora, tudo isto, novamente, seria evitado se os senhores deputados eleitos pelo Partido Socialista aceitassem a transmissão online e gravação das assembleias municipais.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Irei pedir aos serviços do Município de Santa Marta de Penaguião que possam ouvir novamente o áudio da última assembleia municipal de forma a suprimir as falhas que possam existir na transcrição da ata. Caso exista a concordância dos senhores deputados a ata será colocada à consideração de Vª Exc.ªs na próxima assembleia municipal. -----

----- DELIBERAÇÃO: Adiada devido a erros na transcrição da ata. -----

----- 1.2 – Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. -----

----- **1.3 - Assuntos de Interesse Municipal.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Nogueira, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“A bancada do PPD/PSD-CDS.PP quer dar os parabéns ao Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos pelo apuramento à Fase de Campeão da Liga de Futsal do Inatel, dar os parabéns ao aluno Lourenço Osório do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião pelo 1º lugar no salto em comprimento no escalão de infantis A em Vila Pouca de Aguiar e que vai representar a escola e o Concelho nos Nacionais da modalidade nas Caldas da Rainha e também, congratular todos os estudantes e atletas que representam o Concelho. Dar os parabéns também ao deputado António Gomes pelo 1º lugar na escala Masters 40, e 4º na geral, em Miranda do Douro na 19ª edição da maratona em BTT. E por último dar os parabéns ao Município pela organização do Campeonato Nacional de Enduro, evento que trás alguma visibilidade ao município no desporto motorizado nacional, uma pena que seja realizado numa altura do ano pouco convidativa ao convívio e interação popular pelas circunstâncias meteorológicas. Tudo isto vem ao encontro do que a nossa bancada vem dizendo, que nem só de futebol vive o homem e o Concelho, uma vez que a aposta em desportos individuais e coletivos também projeta o Concelho no panorama nacional e internacional. É preciso olhar para outros desportos com olhos de ver e criar condições para estas práticas. O exemplo claro é existir um grupo de Ténis em*

Santa Marta de Penaguião, criado e constituído publicamente, que apresentou um plano de atividades ao município e que não o pode realizar, uma vez que no Concelho não existe nenhum equipamento desportivo apto á prática deste desporto. Obrigado.”

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Tiago Magalhães, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Estamos em plena era digital o que no contexto atual e de enorme evolução tecnológica, o Município devido não está na vanguarda, naturalmente, mas que deveria acompanhar a tendência tecnológica. Neste sentido deveria haver alguma desburocratização dos seus serviços, portanto, vamos ao site da Câmara, vamos á área do balcão virtual e a página encontra-se vazia, sem qualquer prestação de serviços, nem fazer um simples requerimento a pedir a cedência de espaço público. Neste âmbito, vocês supostamente devem ter um contrato de manutenção com o Website, gerido supostamente por alguém, e que supostamente deveria garantir o cumprimento das funcionalidades, visto que reparei que também o site foi feito, executado, a partir dos apoios 2020, não sei o que consta dos contratos, não sei ao que vocês se candidataram, mas eu acho que a população merece um serviço mais eficiente, que permita o fácil acesso a alguns serviços mais acessíveis, que sejam mais simples, que não obrigue a que os munícipes tenham de fazer uma deslocação à Câmara para fazer esse pedido. Obrigado.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Antes de mais, no último mês foram apresentadas duas candidaturas à Câmara Municipal, uma da Sr. ^a Vice – Presidente, Sílvia Silva pelo PS e outra pelo Sr. Vereador Daniel Teles pelo PSD e antes de mais quero dar os parabéns pelas*

candidaturas, não podendo evidentemente desejar sortes iguais a ambos, dado o meu favoritismo pessoal e político pelo Eng.º Daniel Teles como decerto compreenderão. Mas ainda sobre as candidaturas foi consoante algumas notícias que vi, que à Senhora Vereadora dizem respeito, assim, notícia do Diário de Trás os Montes de 10 de Fevereiro diz assim: “Sílvia Silva quer ajudar a criar amarras para a fixação de jovens e empreendedores”, mais á frente, “este é um território vazio”, mais á frente “quer aproveitar todos os fundos comunitários para requalificar edifícios e terminar projetos de obras”, falando também no espaço Origem D’Ouro, mas ainda estamos nisso, ainda estamos no Espaço Origem D’Ouro, ainda falamos dele? Eu pergunto que incentivo deu aos jovens para se fixarem cá ao longo destes 12 anos como Vice-Presidente? Que incentivos foram criados relativamente ao empreendedorismo? A população é idosa? É. Mas então que incentivos foram criados para o aumento da taxa da natalidade e conseqüente rejuvenescimento da população? Falar em fundos comunitários? Isso aí, a piada faz-se sozinha. O executivo colocou o Concelho na cauda do Distrito e do País no que concerne a candidaturas a fundos comunitários e á execução dos mesmos. Quer contribuir para o rejuvenescimento da população? E que tal começar por aprovar as propostas que fizemos, que enviamos para o executivo relativamente á natalidade, á criação de emprego, dinamização da economia e empresas, em vez de estarem numa gaveta a apanhar pó? Quer dizer, a Senhora é Vice-presidente há 12 anos, teve no mandato anterior como Vereadora, agora é candidata, o partido é o mesmo, as pessoas são as mesmas, tirando obviamente o Presidente, e querem-nos convencer que agora é que é, agora é que vai ser feita alguma coisa que até aqui não foi feito? Se eu quiser ser crente vou á Igreja. Depois na segunda-feira fui convidado para um evento no espaço Frei João de Mansilha.

Apresentação da temática para o ano de 2025 em Santa Marta de Penaguião. Ora antes de mais, a temática já foi apresentada e divulgada nos canais em janeiro e depois, eu estive lá e estava á espera de perceber afinal, o que era aquela iniciativa, em que é que se traduzia, o que se ia passar no Concelho de novo, de diferente ao longo do ano e, não percebi, sinceramente. A única coisa que eu percebi, foi através da entrevista do Sr. Presidente aos meios da comunicação social que os eventos que vão acontecer ao longo do ano em Santa Marta, iam ter a bênção da Padroeira. Sr. Presidente, atendendo que no verão poderá haver falta de água, quer que eu reserve uns barris de água benta ao Padre Hélder para benzer os eventos? Quem esteve no evento, aquilo que viu foi uma apresentação da Sr.ª Vice-Presidente coadjuvada por uma arquiteta paisagista que eu não me recordo o nome, de como ia ficar aquele espaço, do interior e do espaço envolvente e que relativamente a este último, ao que parece, há uma candidatura de requalificação do mesmo, candidatura essa que ainda nem sequer foi aprovada, mas vamos acreditar que sim. Meus senhores, fomos convidados para a apresentação de uma temática ou para a apresentação de um projeto para um edifício municipal? Sabe, esta iniciativa e algumas outras eu chamo de folclore noticioso e nada mais que isso. É que quando não há mais nada inventa-se. Sabem o que parece? Parecem o meu pai aos sábados quando lhe pergunto se quer ajuda na quinta, ele nunca me diz que não porque, se ele não tiver que fazer também inventa. E por último só uma breve nota tal é o desnorte que já falamos aqui várias vezes, relativamente às marcas do município, um claro exemplo tem que ver com esta assembleia municipal. No envelope que todos recebemos com a comunicação tem o logotipo da Santa Marta de há 12 anos ou mais, nas informações

do Sr. Presidente temos a marca para 2025 que é a nova Santa Marta, e depois no regulamento de vendas temos a pena. Temos pena, mas é isto que acontece.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Eu começo pelo fim, normalmente num País democrático, num Concelho democrático, há a campanha eleitoral, há naturalmente o combate de ideias e depois há o resultado eleitoral. Que eu me lembre, se não é para todas as freguesias, mas sempre para a Câmara Municipal apareceram medidas apresentadas pelo PSD e depois pela AD para a natalidade, e perderam sempre, perderam sempre. E vai continuar a ser igual, mas depois nós temos aqui um problema na assembleia para além das atas que é a replicação, o que nós ouvimos aqui eu não preciso de me preparar para a assembleia porque foi aquilo que já discutimos no executivo, e já demonstramos aos Senhores Vereadores que os municípios da CIM Douro que têm medidas para a natalidade, estão atrás de Santa Marta de Penaguião. Os municípios que têm subsídios para a natalidade inclusive acho que dá 2000€ ou 5000€, nascem menos crianças que em Santa Marta de Penaguião. Vou repetir pela trigésima vez possivelmente, o que cria natalidade é emprego e riqueza, ninguém vai ter um filho para receber 500€, porque nenhuma mulher nem nenhum pai está á venda para criar um produto para vender por 500€, são coisas diferentes. Portanto estas ideias da natalidade que já deviam ter abandonado há muito tempo, mas que se continuarem até nos dá jeito. Depois vir para aqui comentar as entrevistas dos respetivos candidatos, numa assembleia onde os atuais candidatos ou os candidatos assumidos só falam com a autorização do Presidente da Câmara, é quem desconhece como isto funciona, mas pronto, andam aqui há muito tempo, não aprendem, não sabem, não

querem, por isso só podem falar se o Sr. Presidente da Câmara lhes der a palavra e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal autorizar, e como eu não vou dar, mas vou ler aqui uma coisa muito simples. “Ao longo dos últimos 8 anos, com espírito de missão cívica e sem remuneração, tenho desempenhado as funções de vereador do município, tendo contribuído com integridade e de forma responsável nas decisões a que fui chamado a intervir.” Nos últimos 8 anos o Senhor candidato recebeu 14.898€. Tomara eu trabalhar assim e receber quase 15000€. Portanto o populismo fica com quem o quer. Sem remuneração, sem ganhar nada, para o público não recebeu nada, mas em 8 anos só recebeu 15000€, portanto quanto às entrevistas estamos conversados. Relativamente aquilo que nós vamos fazendo, já foi dito, a seriedade está nisto, nós temos 2 candidatos assumidos, fazem o trabalho lá, não é vir para a assembleia municipal comentar o que já foi comentado, isso dos fundos comunitários já foi explicado e já foi dito aqui que os Srs. Vereadores do PSD não aceitavam avançar com a obra do Espírito Santo da maneira que ela estava. Já foi dada razão a este executivo, já foi reconhecida a coragem deste executivo de perder 1 milhão e quatrocentos mil € de fundos comunitários, em vez de uma obra mal feita. Foi verdade ou não, foi aqui discutido? É preciso ter alguma ponderação naquilo que se diz e naquilo que se faz. Depois lamentamos, lamentamos que não consigam perceber o que é um ano oficial. Lamentamos que não conseguem perceber o impacto que Santa Marta e Frei João de Mansilha têm para Santa Marta de Penaguião, não conseguem perceber que Santa Marta lidera 56 municípios e não conseguem perceber que o ano oficial não tem que ter eventos dedicados, o que tem de ser é relembrar naqueles eventos que nós já temos que Santa Marta é a nossa padroeira, Santa Marta do Douro e que por essa via criar riqueza. Lamentamos que não atinjam, também não somos

todos obrigados a atingir, mas lamentamos, que tenha estado lá, que lhe tenha sido explicado isso, que tenha sido dito na comunicação social que onde nós temos valor é nos nossos eventos, e já agora, nós controlamos muita coisa, não controlamos os calendários nacionais, portanto se está sol ou se está chuva, é a vida, já agora o que faltava era Santa Marta escolher a data de um evento nacional e todos os outros teriam de se condicionar a Santa Marta, e também é de quem desconhece como os campeonatos nacionais funcionam, as datas são fixadas e nós temos de aceitar as datas independentemente se está sol ou frio. Não é de nós essa iniciativa porque senão tínhamos eventos ao domingo depois da missa, que é quando há mais gente. Nós temos de ser realistas, temos de perceber o que podemos e não podemos fazer, agora há uma verdade, em 2013, os que estão aqui, poucos eram aqueles que sabiam que Santa Marta era a Padroeira do Concelho e da Região Demarcada e garantidamente ninguém sabia e felizmente hoje qualquer penaguiense sabe que tem a Santa Marta Padroeira do Concelho e padroeira da Região Demarcada do Douro e isto é trabalho. Vamos mostrar a quem nos visita, vamos com gosto, vamos fazer diferente, vamos com gosto, temos feito e temos feito com gosto e o certo é que temos o Enduro que não quer sair de Santa Marta, temos a Rampa que não quer sair de Santa Marta e temos a Semana Cultural que é um ícone nosso, que é um evento cultural daquele modelo, mais antigo, pelo menos da CIM, eventualmente do País, é preciso perceber isso, é preciso saber representar os tempos e não partidarizar numa assembleia municipal, as apresentações dos candidatos porque senão outros candidatos que eventualmente possam aparecer, também temos de comentar aqui ou dar-lhes voz para que venham cá comentar. Esta questão das eleições, elas vão ter o

seu tempo. No seu tempo vão ser transmitidas todas as ideias, mas pronto, o resultado será mais ou menos o mesmo". -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Aquilo a que eu acho piada, que não tem nenhuma é, nós fazemos por trazer aqui assuntos sérios que possam efetivamente levar ao desenvolvimento do Concelho, o meu colega Tiago fez a pergunta relativamente ao site e sobre isso nada disse, sobre o balcão virtual nada disse e em qualquer município que por mais pequeno que seja, qualquer cidadão consegue requisitar um serviço sem ter de ir aos Paços do Concelho. O que eu acho curioso, normalmente o partido socialista acha que é o partido ecologista mas, na verdade gastam papel para tudo, temos de preencher sempre um papel, na verdade os ecologistas somos nós. Depois relativamente ao Nacional de Enduro, é de dar os parabéns porque é uma coisa boa e aquilo que a minha colega também disse, não sei se entendeu isso dessa forma, pelos vistos não, é que temos azar com a data, com o tempo, se estivesse bom tempo a atividade seria mais vistosa, mais participada. Depois a notícia que eu trouxe, não trouxe a notícia de um candidato do partido socialista que não faz parte do executivo, é neste momento a Vice-presidente, faz parte do seu executivo e se não pode falar é porque o senhor não deixa, só o senhor é que quer falar, se a deixasse falar com certeza teria alguma coisa a dizer. No que disse relativamente à remuneração do Eng.º Daniel é verdade, 8 anos a ser vereador da oposição, são senhas de presença, foi isso que ele disse, quanto é que o senhor ganhou em 8 anos como presidente, quer dizer isso? Eu na assembleia municipal em 4 anos foram 1600€, quer também dizer isso? Essa imensidão de dinheiro em 4 anos, até não faço mais nada. Depois*

ainda mais grave e mais sério, não é só chegar aqui, levantar-se e dizer uma série de coisas que nós ouvimos uma série de vezes também. Também há uma série de perguntas que já aqui fizemos que nunca mereceram resposta da sua parte e vou voltar a dizer, o que é que nestes 12 anos foi feito relativamente ao empreendedorismo? À fixação de jovens? Ao aumento da população? Diga o que é que o senhor fez, é que já não é a primeira, nem segunda, nem terceira vez que pergunto, qualquer dia deixo de perguntar porque assumo que não existiu, que foi um fracasso total. Diga-me o que é que foi feito para fixar as pessoas em Santa Marta de Penaguião? O que é que foi feito para a criação de empresas? O que é que foi feito para o empreendedorismo? Nós aqui já demos uma série de ideias para realizar em Santa Marta de Penaguião, nunca aplicou nenhuma, nunca.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Uma das primeiras medidas que nós tomamos que depois alguém se queixou de nós, que estávamos a delapidar o património municipal, foi baixar o preço dos lotes para 1 euro, esgotamos os lotes, depois tivemos problemas com os empresários que não tiveram direito ao lote, e depois temos empresários que não constroem e devolvem os lotes à Câmara. A culpa é da Câmara? Será que a Câmara tem de pagar o investimento todo dos pavilhões para as pessoas irem para lá trabalhar? É uma pergunta que fica. Temos ou não temos mais gente na zona Oficinal? Depois, quantas camas tínhamos em alojamentos em 2013 e quantas temos agora? Se eu disser que aumentamos no mínimo 250% do número de camas que havia em 2013 até agora. Portanto, não fizemos nada. E agora, em 2013 ninguém conhecia nenhum vinho de Santa Marta de Penaguião, a não ser o das Caves, íamos a qualquer restaurante e

não havia mais vinho nenhum a não ser o das Caves, quantos produtores temos agora no Concelho a trabalhar? Mais de 20. Agora diga-me quantas empresas entraram em Vila Real, na Régua e Mesão Frio, quantas? E depois vão falar em Sabrosa, só que em Sabrosa, quem se instalou lá foram as quintas que estão no Concelho de Sabrosa. Já foi dito aqui mais de uma vez que a questão da criação de emprego, se nós trouxermos para aqui uma fábrica, que é o baluarte do PSD, temos de fazer uma fábrica, muito bem vem para aqui uma fábrica, postos de trabalho, 200 postos de trabalho, permanecem para cumprirem com o prazo obrigatório por causa dos subsídios e depois fecha. E depois desses 200 trabalhadores temos 400 problemas sociais. Ficam famílias sem rendimento. Acompanharam em Constância a questão da Tupperware? Acompanharam em Vila Pouca uma questão idêntica? Foram ver isso tudo? A ideia de criar postos de trabalho tem muito a ver com as condições que envolvem, não só o concelho como os concelhos limítrofes, agora Vila Real vai alugar 86 lotes, nós podemos lá chegar? Podemos usufruir, mas alguma empresa se vem instalar sozinha em Santa Marta de Penaguião quando tem uma zona industrial com 10, 15, 20 empresas, nós temos de ser realistas, agora que nós criamos condições para se instalarem, se nós pagamos por um espaço desde 2014 numa feira em qualquer parte do mundo e o transporte do produto e os produtores não aderem! Os outros ficam todos admirados e perguntam como é que pode, perguntem aos produtores. Nós não podemos andar com um chicote e obriga-los a ir, e agora vamos fazer o quê? É muito simples, nós fizemos um negócio com o Martas ali na Senhora da Guia, já aqui foi falado. E depois temos um ex. presidente que fez queixa de nós, por causa do terreno, ao Tribunal de Contas. Que andamos a responder. Uma empresa que fatura 12 a 13 milhões e fomos acusados. E quer saber outra, temos um

empresário em Santa Marta que os seus colegas da vereação não querem que fique com uma obra, porque acham que é muito dinheiro e ou que foi favorecido, isso é que é preciso ver, nós temos um empresário em Santa Marta de Penaguião que ganhou uma obra, e foi levantada uma questão, de 200, 300 ou 400 mil euros e está parada porque levantaram-lhe uma suspeição, tem uma relação pessoal com uma funcionária da Câmara. E para onde é que vai esse empresário? Vai-se embora. Pois é, isto é tudo muito bonito porque se na altura, e eu volto a dizer, quando foi do Martas, se a votação fosse por unanimidade quando veio á assembleia, o processo podia não cumprir a legalidade na sua totalidade, mas tínhamos uma empresa que eu Presidente da Câmara, fui acusado de deixar fugir. E depois temos uma queixa no Tribunal de Contas de que íamos dar um terreno da Câmara, a que o município tem de responder. Portanto essa ideia de criar condições, toda a gente tem, é só chegar ali e vêm 50 empresários. Se fosse assim estava o interior bem. De que é que nós no interior nos estamos a queixar, uma coisa muito simples. O negócio que tem quilómetros e portagens, tem de estar á beira-mar, está fora de questão. O que não tem quilómetros nem portagens é o digital, portanto tem de vir para os nossos territórios, por isso é que nós na CIM, estamos num consórcio para ter o 5G em toda a Comunidade Intermunicipal do Douro, num projeto de 13 milhões de euros. Mas o nosso problema é o problema de todos os outros. Se me disser assim, Vila Real poderia ter partilhado connosco, Régua e Sabrosa podia. Nós podemos ter a questão da mobilidade? Podemos, porque se trata da demografia de que toda a gente fala é muito simples de resolver, a opção e a questão de criar estabilidade e atrair pessoas para os nossos territórios, é facilima, é a mobilidade. E a mobilidade é o quê, as pessoas deslocam-se para os postos de trabalho de forma confortável e a baixo custo. Se nós nesta altura

da maneira como o modelo está, a zona industrial de Vila Real vai ter 86 lotes, vai proporcionar 500 a 600 postos de trabalho, mas um trabalhador de Vila Real que ganhe 1200€, um trabalhador de Santa Marta vai e faz a mesma coisa, um trabalhador de Vila Real tem mobilidade interna e gasta 50€ por mês para se deslocar, o de Santa Marta gasta 200€, não ganha a mesma coisa. Então vai para onde? Vai para Vila Real e a culpa é de quem? Então vai a Câmara subsidiar meios de transporte para eles não saírem de Santa Marta? Para onde foram os nossos jovens? Os nossos jovens são muitos os que estão na zona industrial, onde é que eles estão a viver? Se vierem vão ganhar muito menos que os colegas com as mesmas competências e função, isso é que é preciso perceber. Como é que isto se resolve, com todos, Santa Marta de Penaguião sozinha não tem capacidade para montar um sistema de mobilidade dentro da comunidade, tem de ser a comunidade. Vila Real fez um que nos obrigou de Alvações a Vila Real fazer transbordo e pagar mais um euro de transporte ou não tem noção disso, alguém no PSD falou nisso? E sabe porque é que não falaram? Não sabem, não sabiam nem sabem. Como é que um grupo do PSD ou AD, tão preocupado com as condições dos penaguienses não fala disto. De Alvações a Vila Real há um transbordo e encareceu um euro a viagem, não ouvi uma palavra da vossa bancada, porquê? Porque só o estão a saber agora. Houve no sitio certo, e sim senhor vocês deveriam ter dito aos vossos companheiros de Vila Real que não deveriam ter aumentado pela questão da mobilidade, eu disse ao meu colega Rui Santos que ele fez mal ir sozinho, e agora vamos montar a nossa mobilidade? Para fazer isso seriam precisos 5 ou 6 milhões por ano portanto, isso só é possível com todos. E a ideia de que um município só porque faz isto ou aquilo, tem mais dois ou três espaços para instalação de empresas resolve o problema, não resolve. Nós agora temos 3 lotes

para adjudicar brevemente, e ninguém nos garante que irão construir. Nós agora temos lá uma pessoa que já vem desde 2013 ou 2014 que é um empresário local e que a gente vai protelando a ver se ele se consegue instalar, vamos mandá-lo embora? Vamos fechar-lhe a porta? Nestas questões de se mudar o perfil, é preciso perceber, o nosso perfil está no nosso produto mais importante que é o vinho, é preciso que as pessoas criem condições para que ele seja rentável, isso não depende de nós porque o município já fez aquilo que poderia ser feito, já deu a possibilidade de promover os nossos vinhos e há naturalmente, produtores que aderem e outros que não aderem e temos um problema. Porque esta ideia milagrosa de que o município pode resolver o problema económico não é verdade. E sabe porque é que não é verdade? Nos anos 90, a Câmara estava de relações cortadas com as Caves Santa Marta e nós eramos o Concelho onde a pipa era paga a 100 contos. O que é que a Câmara teve a ver com isso? Zero. Nem se davam, mas nós eramos ricos porque as Caves conseguiam pagar a 100 contos em 98 e 99. Infelizmente as coisas correram mal e agora estamos na cauda. Mas não é a Câmara que está na cauda não é o município. Infelizmente as Caves estão a recuperar, mas leva muito tempo, porque se estivessem com o fulgor que estavam nos anos 90, nós não tínhamos problemas. Vamos mudar a nossa cultura, também não temos hipótese. Toda a gente deitou abaixo oliveiras aqui há 10, 15 anos, estão arrependidas? Estão. Mas a Câmara não deitou nenhuma oliveira abaixo. É preciso fazer o enquadramento, perceber bem e naturalmente trabalhar mas não é fazer uma deliberação e pronto, a partir de agora vamos ter não sei quantos postos de trabalho. Não é verdade, a Régua está com dificuldades, Lamego está com dificuldades, Lamego tinha lá o Martas e por um problema legal também o perdeu, como todos perdem e outros ganham. Portanto as

As pessoas têm de ter exata noção do que falam. Relativamente à digitalização não estamos assim tão mal quanto isso, porque na Gestão Urbanística já não é assim, qual é a diferença, eu não sei se é possível ter tudo digitalizado, mas ainda temos os técnicos que na maior parte das vezes trazem tudo em papel e temos os nossos técnicos que gostam de trabalhar em papel. Esta ideia de sermos ecologistas, nós somos todos ecologistas. Mas no dia em que todos formos estritamente ecologistas, não estamos cá. Os equilíbrios têm de se fazer, não é possível. E as pessoas falam na digitalização, muito bem, mas é impossível um técnico que pegue num projeto de raiz, não imprimir em papel para o dono da obra ver o que está lá. Porque 90% não conseguem ver no digital, tem de ser em papel, o que faz todo o sentido. Portanto a evolução faz-se devagarinho. Nós estamos a fazer, na própria CIM, foi aprovada uma candidatura de 1 milhão e 900 mil euros, salvo erro na plataforma de Gestão Urbanística, portanto, estamos a fazer o nosso trabalho, se somos todos digitais? Tenho algumas dúvidas. Já conseguimos dar vários passos, naturalmente que se vai evoluir, naturalmente que a próxima geração terá uma facilidade de acesso diferente, mas, se somos todos digitais, tenho algumas duvidas porque há muitos mestres por aí. Portanto é preciso ir devagar e não estamos tão atrasados quanto a isso na digitalização”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Senhor Presidente, em relação ao Presidente da Câmara de Vila Real, não é nosso companheiro, é seu camarada. E já que estamos a falar de ecologia, eu informo o senhor Presidente da mesa que abduco de receber a minha documentação em papel e que me enviem apenas por correio eletrónico. Depois relativamente a algumas

coisas de que falou na última intervenção eu pergunto, o fato de haver muitos mais agricultores ao dia de hoje do que havia há 10 anos, deve-se a alguma ação concreta do município ou deve-se à menor pujança das Caves Santa Marta? Que obrigou a que começassem a haver mais produtores a arriscar e a fazer porque as Caves estavam com menos pujança e fulgor económico e financeiro e depois quando nós, e aí tem toda a razão, nós estamos num concelho vinícola, a nossa produção é o vinho, todos nós vemos notícias, ainda há bem pouco tempo, no município de Montalegre, cada vez mais há mais jovens a seguir as pisadas ou a começar negócios relativos ao fumeiro. Eu não lhe vou dizer que promova o fumeiro aqui, vou dizer que em relação ao vinho também é necessário criar incentivos para que os jovens apostem na produção de uvas, na produção de vinho, acho que o futuro só pode passar por isto, bem como por outros serviços, o turismo, pequenos empresários com oficinas, até os próprios artesãos e acho que é um bocadinho por aí.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Eu quero dizer que estamos sempre a falar do mesmo e nunca nos entendemos. Eu penso que alguns de vós sabem que houve eleições para a Casa do Douro e penso que alguns de vós sabem que os municípios se comprometeram a garantir a acessibilidade ao voto, ou seja garantir que o processo eleitoral corresse com acessibilidade para todos garantindo as mesas e a logística. O que é que nós vimos em Santa Marta, quem é que trabalhou para esse movimento de representação da produção? Olhamos para as caras e vimos quem é que participou. Depois, o que o senhor deputado diz que é o menor fulgor das Caves Santa Marta, eu peço muito respeito, mas é que eu sei acompanhar a dinâmica do Douro, os produtores

engarrafadores, tirando o nosso caso, o Eng.º Alves de Sousa foi pioneiro como sabemos, o 2º salvo erro da Região Demarcada do Douro a ter rótulo e produção própria. Todos os outros saíram de onde? De uma coisa muito simples, de um curso de enologia da Utad. A Utad e o curso de Enologia começou a formar enólogos e ao contrário do que se diz muitos desses enólogos que os pais tinham vinhas, foram avançando e hoje temos mais, se for ver o perfil os produtores engarrafadores, não os ajuntadores, são coisas diferentes, jamais algum conseguia estar enquadrado no espírito cooperativista. Uma coisa muito simples, na pior das hipóteses vendem uma garrafa 4€, uma pipa são 550l dá 700 garrafas, em vez de receberem 300€, recebem 2.800€, é tão simples quanto isto por isso não tem nada a ver com as Caves darem mais ou menos, porque mesmo que as Caves pagassem a 500€ ainda estavam longe dos 2.800€, mesmo que pagassem 1000€ continuavam longe. As dinâmicas são diferentes e é por isso que nós vimos muitos produtores engarrafadores que não se conseguem juntar, nós temos para aí 500 jovens na região que poderiam vir com novas ideias, novas dinâmicas e não tiveram coragem de assumir a Casa do Douro, só se refugiaram nos agrários porque isso não os compromete nem a eles, nem a nada porque não fazem nada e não se conseguiram unir para isso. Mas, este caminho que os produtores engarrafadores estão a fazer é um caminho muito simples. É ter poucas vinhas, correr poucos riscos, comprar mais uvas e depois vão gozar o produto, porque nós sabemos que quem tiver muitos hectares e temos em Santa Marta de Penaguião vários produtores com uma área substancial, não conseguem dormir de junho até acabarem a vindima. Deitam-se a pensar se vem a chover ou se vem uma trovoadas. E a totalidade dos produtores já perceberam que não precisam de correr esses riscos, quem tem as uvas tem de correr esses riscos, eles compram as uvas é

esse o objetivo, transformam-nas em vinho e naturalmente o risco é menor. Porque o que é verdade é que o Douro não produz vinho, nós andamos toda a vida a dizer que o Douro produz vinho. O Douro produz é uvas. O nosso Douro produz uvas que depois há uma indústria transformadora que transforma as uvas em vinho. Se nós juntarmos todos os postos de trabalho que a transformação da uva em vinho dá, nós temos a maior indústria do País, e em Santa Marta, nós temos substancialmente mais postos do que aqueles que estão identificados, porque temos o trabalhador da vinha que não está declarado, temos também o problema da emigração que também não estão declarados ou seja, nós temos aí 200 ou 300 postos de trabalho que não estão declarados e depois não há trabalho em Santa Marta de Penaguião, pois não. Nós temos 4 ou 5 empreiteiros em Santa Marta que têm em média 4 ou 5 trabalhadores declarados, só que são 300, estão todos declarados, estão todos salvaguardados? Isso é que é preciso pensar e ver, porque se nós contabilizarmos isso, temos tantos ou mais postos de trabalho que os outros municípios. Agora não nos interessa, não nos apercebemos disso é, temos pena. Agora o fato é que acontece exatamente isso e esta transformação de pequenas quantidades na valorização, e eu dou-vos um exemplo, no Pico há um jovem que transforma 20 pipas e fatura 300 mil euros. O problema do Douro não está na produção, não está muito nas cooperativas, nós é que não sabemos vender o nosso produto. Quem vende bem? Os grandes grupos, grande conhecimento, muito dinheiro para a promoção e naturalmente têm retorno. Agora o problema essencialmente do nosso concelho é nós não conseguirmos transformar a nossa uva, e eu penso que não é só de agora, eu penso que em 2015 disse que nós tínhamos as melhores uvas do País e temos, quando não há uvas nos vinhos verdes vêm comprar a Santa Marta, quando não há na Bairrada vêm comprar a Santa Marta,



quando não há no Alentejo vêm comprar a Santa Marta, as nossas são as melhores mas vendemos a 60 ou 70 cêntimos, não sabemos vender, culpa do município? Tenho dúvidas.” -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Enide Seixas, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Bem, eu só quero deixar aqui uma pequena menção para ficar em ata que pelo menos no meu partido e também no PSD nós sempre priorizamos o grupo fiscal para o interior, eu sou de opinião que não é através da Câmara Municipal que nós conseguimos empreendedorismo e incentivo nos respetivos municípios mas há algo que temos de considerar que é a necessidade no nosso País de mão-de-obra qualificada. A verdade é que nós temos uma escola profissional aqui a cerca de 6, 7 Kms, que é a Escola do Rodo na Régua e que eu penso que Santa Marta deveria ter acordos bilaterais para incentivar os nossos jovens a seguir o ensino profissional. Com a profissionalização e os acordos bilaterais entre a Câmara e o Rodo, nós conseguíamos que os nossos jovens tivessem trabalhos melhor remunerados a partir do 2º ano de formação, do 1º ano de formação e aqui sim, a Câmara poderia ter um papel de fixação dos jovens e de empreendedorismo, aproveitando aquilo que está á nossa volta num raio de 50 Kms. Dizer também que nós temos aqui uma grande cooperativa, as Caves Santa Marta que efetivamente passam uma crise há já alguns anos, isso também não depende do município mas do povo, sim. Nós enquanto município de Trás-os-Montes, deveríamos ter uma posição muito forte que é no benefício fiscal e deveríamos ter também benefícios e incentivos fiscais para aquilo que é a contratação jovem. Eu não sei quantas empresas municipais tem Santa Marta, mas tem de ter algumas e, nessas empresas municipais o município devia dar

preferência à contratação jovem e essa contratação ter um benefício fiscal ou isenção. Dessa forma eu acho que conseguíamos fixar. Agora nós temos determinadas áreas no nosso município que são muito complexas. É verdade que nós produzimos vinho que é o nosso negócio maioritário, nesse sentido eu acho que devemos continuar com esse estudo e isso passa pelo ensino profissional, passa muito por protocolos com a UTAD. A UTAD fez durante uma década formações em agricultura, enologia e um pouco como os municípios á nossa volta fizeram, Alijó, Sabrosa, que fizeram acordos com a UTAD, eu acho que Santa Marta neste verão deveria fazer também com a UTAD esse tipo de acordos, de estágios de verão, acho que era benéfico para nós tendo em conta as áreas. É óbvio que não temos emprego para todos, nem em todas as áreas, acho que isso é óbvio, somos um município pequeno e não vamos conseguir, é apostar nas principais áreas que são necessárias. Agora outra coisa que me senti na obrigação de falar também, não em modo de ataque mas em modo de esclarecimento. Acho que aquilo que o Senhor Vereador Daniel Teles ganha aqui em senhas de presença, é público, não é uma contratação, mas é um lugar eleito pelas pessoas e como tal é ressarcido pelas suas senhas de presença, porque já é vereador há 8 anos, portanto não é pelos 15.000€, não é um valor acrescido, é um valor previsto É um valor pago pelas suas senhas, pela sua contribuição ao município. Acho que isso não tem de ser tema, nem acho que na assembleia municipal devíamos estar focados nisso. Como disse não é um valor acrescido mas um valor ressarcido.”-----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Duas ou três coisas muito rápidas. Nós temos acordos com a Escola do Rodo, temos protocolos com a universidade de verão, infelizmente temos pouco sucesso,

divulgamos, toda a gente sabe, depois temos zero. Depois na questão das empresas, nós não temos derrama, portanto o imposto que podíamos aplicar, abdicamos, portanto já não há imposto naturalmente. Depois muito rápido, eu quando falei nas senhas de presença, não falei em direitos, estava a referir-me ao populismo. A intenção foi dizer que os outros ganham e que são coisas diferentes. O direito está lá, foi para induzir que de fato uns ganham e outros não ganham, porque tal como o vereador tem direito a senhas de presença, o Presidente tem direito ao vencimento. Estamos esclarecidos. Por último dar-lhe os parabéns pela coragem, por se ter candidatado à Juventude Popular. Infelizmente não conseguiu atingir os seus objetivos, foi mau para o Concelho, era para nós um orgulho tê-la líder nacional da juventude, mas dar-lhe os parabéns pela coragem e pelo desempenho.” -----

----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

----- 2.1 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento. -----

----- 2.2 – Tomar conhecimento sobre Circular da DGAL, Alerta Precoce – Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento, nos termos do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2024. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“É só deixar vincado aquilo que temos vindo a dizer e que vem dar razão á bancada do PSD/CDS, que temos vindo a dizer que este Orçamento não é um Orçamento real, sendo alvo de críticas mas a prova disso é este aviso da DGAL de que a taxa de execução da receita, consecutivamente nestes dois anos se encontra abaixo dos 85% e que no caso em concreto é mesmo abaixo dos 60%, portanto parece-me que não estamos assim tão errados quando dizemos que o Orçamento não é real”.*-----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“ Todos nós sabemos que o Plano e Orçamento é uma previsão. Portanto quem tem o privilégio e o gosto e o conhecimento de liderar os órgãos municipais, faz um Plano. Naturalmente quem conhece a nossa realidade sabe que se nós nos fossemos fixar nas receitas objetivas, em Fevereiro, tínhamos de fechar portas. Não valia a pena estar cá. Nós temos um Orçamento de 12,13,14 milhões, executamos entre 7 e 8 milhões, se nós tivéssemos um Orçamento de 8 milhões podíamos fechar as portas em fevereiro porque não fazíamos mais nada senão pagar aos nossos colaboradores. Quem conhece esta realidade percebe que temos de fazer engenharia financeira para criar condições para fazer obras e também foi dito aqui, porque de fato as pessoas ouvem bem, veem bem, mas têm fraca memória, que nós não conseguimos atingir a execução dos 85% por causa das questões do Origem D’Ouro e do Parque Espírito*

Santo. Se nós estamos certos, se nós gerimos bem este processo é uma questão, mas é objetivo que não atingimos 85% por causa dessas duas obras, mas, quem anda aqui há muito tempo sabe que eu desde 2013 digo que nós em dezembro podemos fazer uma revisão em baixa e cumprir sempre os 85%. Por isso é que não há nenhuma implicação legal. Falei isto, todos estes anos, infelizmente não fui acompanhado pelos serviços. Este ano fizemos uma coisa muito engraçada, fizemos uma avença, 21.000€ por ano mais iva com o Dr. Mota e Costa, que é uma das pessoas com mais referências na contabilidade autárquica, mas temos de lhe pagar. Pagamos 21.000€ por ano mais iva e já não estamos em incumprimento. Ele fez o serviço todo e agora, revisão em baixa, garantimos receita. Por isso, duas coisas, reconhecer que os nossos serviços técnicos são limitados, não temos capacidade. Mas quando admitimos alguém somos criticados pela oposição de que estamos a admitir pessoas, nunca sabemos como estamos, estamos a admitir pessoas estamos a dar tachos, se contratamos avenças estamos a dar dinheiro a toda a gente. Ora, ou fazemos uma coisa ou fazemos outra, das duas uma, concordam ou não concordam. Agora temos uma avença, resolvemos o problema. Vai sair mais uma notícia de que o município fez uma avença de 21.000€ mais iva, se quiser pode dizê-lo já, não tem problema nenhum. Agora têm é de saber que nesta altura um município como Santa Marta de Penaguião, com as condições atuais de contratação pública e administrativa, essas avenças têm de ser feitas. Depois há uma coisa impressionante, é que se contratualizamos fora do município somos criticados porque estamos a dar dinheiro fora, depois contratualizamos dentro do município estamos a fazer favores, vocês decidam-se, têm de se decidir. Demos uma avença a um jurista que é de cá, tem um escritório no Porto, tem um elemento que é da assembleia, somos criticados porque

estamos a dar trabalho a familiares, mas são do Concelho, então fazemos ou não fazemos? Contratualizamos fora do concelho ou dentro do Concelho? Têm de se decidir. Esta questão dos 85%, é tão meramente indicativa que não tem penalização nenhuma, não há penalização, não há retenção dos duodécimos, não há nada. Enquanto por exemplo as faturas em atraso nos duodécimos têm uma redução de 15%, estas não têm nada. Este ano nós não tínhamos capacidade técnica para fazer a revisão em baixa, fizemos uma avença, com alguém de referência e temos esse trabalho, revisão em baixa e temos 2024, quando saírem as contas teremos, pelo menos os 85% de execução”.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.3** – Tomar conhecimento do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 8 de janeiro de 2025); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Fontes, para Reparação do Telhado do Pavilhão Gimnodesportivo, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto

na alínea j)), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro –
Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação,
análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes
palavras: -----

----- *“Relativamente a este ponto não podemos deixar de constatar que a Junta de Freguesia de Fontes, no requerimento onde solicita ajuda financeira enalteceu que é um pavilhão onde se fazem várias atividades, o que é verdade. Ainda assim eu pergunto quais? E respondendo com conhecimento de causa diga-se, fazem-se festas, fazem-se jantares, noites temáticas, serve de armazém para os Xassos, para guardar andores da festa do Viso, entre outras coisas. Ou seja, serve para tudo menos para aquilo que foi feito, para a prática desportiva. Assim sendo acho que deveríamos passar a chamar-lhe armazém da Junta de Freguesia de Fontes, ou salão de convívio, ou outro nome qualquer que lhe quisessem dar, isso, ou então Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, exigir ao município que realize as obras necessária para que a prática desportiva, para que o Pavilhão, possa ser uma realidade. Porque isto já não é de hoje, são mais de 6 anos que o Pavilhão se encontra no estado lastimável em que está. Ainda neste ponto queremos deixar muito claro que relativamente ao Pavilhão de Fontes porque mais do que uma vez nestas assembleias viemos aqui falar sobre o estado em que se encontra o mesmo e a necessidade urgente de há já vários anos ele precisar de intervenção, uma vez que desde a sua edificação, o mesmo nunca se provou apto á prática desportiva. Eu próprio constatei que no caso em concreto da colocação do telhado, da cobertura, constatei que era*

necessária intervenção de reparação. O que se passa é que tivemos acesso ao orçamento enviado junto com o pedido e o mesmo peca por falta de rigor. Não existem mapas nem quantidades, nem a intervenção a fazer, nem sequer vem endereçado á Junta de Freguesia. Assim dizer que não somos contra a intervenção, mas não podemos votar favoravelmente a toda esta falta de rigor. Somos a favor do investimento, de reparações, de melhoramentos, mas com regras, uma vez que estamos a falar de dinheiro dos contribuintes onde somos muito rigorosos. Também falta a minuta de informação do protocolo nos documentos enviados, não temos acesso à mesma, seja neste, como em todos os outros referentes às Juntas de Freguesia.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Fontes, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “O pavilhão sempre teve problemas com as águas, não sei o que se passou ali, se foi mal feito, se é só da entrada da água. Nós falamos com a empresa, ainda veio cá, ainda fizemos umas reparações só que efetivamente não ficou resolvido. Colocaram umas chapas provisórias, ficaram de vir fazer a retificação, não vieram. O pavilhão não está em condições de se praticar ali desporto. Entretanto o executivo anterior a mim, também chovia e também não resolveu o problema, ficou tudo para mim, agora a gente sabia que ia ser custoso compor o pavilhão sem o apoio da Câmara Municipal e espero bem que depois de composto a gente possa, aliás já temos algumas pessoas que querem formar uma equipa de futsal, á partida vai ficar resolvido e, aproveito para dar também os parabéns ao executivo pelo contributo que nos deu. Lamento só que os deputados e vereadores do PSD, estejam contra. Espero



brevemente que seja tudo resolvido e seguidamente serão feitas lá práticas desportivas.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Nós temos de perceber aqui algumas coisas, naturalmente lamentar a falta de envio dos protocolos, mas há uma questão que é importante nós termos presente. Em primeiro para quem tem boa memória, lembram-se que foi em agosto de 2013, um agosto muito quente, foi uma desgraça, e mais não digo. e depois dizer uma coisa que é extraordinária, nós somos todos autarcas que temos de liderar órgãos autárquicos, pomos em questão a idoneidade dos nossos colegas autarcas. Pouco rigoroso. Para terem uma ideia, nós todos, no Norte todo, temos de executar, está em cima da mesa, temos de executar 30% dos fundos comunitários até setembro. Ainda não há avisos, mas nós temos de executar 30%, senão perdemos fundos em Bruxelas. Aquele orçamento, 30% pelos vistos não está bem endossado. Sabem qual é a proposta que está em cima da mesa, os Presidentes de Câmara, assinarem uma declaração a dizer que se comprometem a aplicar aqueles fundos e estão sujeitos a receber 2 ou 3 milhões. Qual é o rigor da preparação? Diz quantas placas? Diz quantos buracos? Nada. Portanto nós, no Bairro dos Retornados ficou deserto o concurso e já recebemos 30% da verba. Como é que nós conseguimos ter coragem para pôr em causa um autarca que apresentou um orçamento, que vai ser o dono da obra, que tem de fazer a fiscalização da obra e que tem um problema, é que se o orçamento está baixo, tem de pôr o dinheiro dele, se o orçamento está alto não recebe, porque só vai receber aquilo que os serviços técnicos da Câmara dizem que tem de receber, não é o Presidente nem os vereadores que dizem o que está lá feito. É tão simples como*

isso. A outra coisa é a falta de vontade e não vou deixar passar. Acho que não há dúvidas para ninguém que é preciso reparar a cobertura, mas para alguns há, não querem e votaram contra. Portanto aqueles que votaram contra, além destes fantasmas todos, que o Presidente da Junta pode, que a Junta pode, ou alguém se pode estar a aproveitar dos nossos 24.000€, portanto é uma coisa absurda, um valor astronómico, votaram contra. É preferível não fazerem nada, não cobrirem. Agora há uma coisa muito simples, há investigação, há o ministério público, pois bem, vamos todos. É preciso ter alguma clarividência. Uma coisa é assim, nós queremos fiscalizar, tem o dever e o direito. A obra bem-feita, é mérito da freguesia. A obra mal feita é demérito da freguesia, e o povo em setembro, ou outubro, vai dizer se teve mérito ou não. Agora votarem contra a reparação quando criticaram que não se fez nada durante 10 anos, sendo que 4 não foram responsabilidade do partido socialista, certo? Não estamos a discutir as razões, mas quando antes de 2013 a 2017, a responsabilidade não foi do partido socialista. Também não foi feito nada, não podem vir dizer que foram 10 anos, no mínimo deviam ser rigorosos, mas também é verdade que em 8 anos não fizemos nada, quando queremos fazer vocês votam contra, decidam-se.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em 1º lugar dizer que ainda não foi feita a votação, portanto, ninguém sabe se os deputados vão votar contra a favor ou abster-se. Depois de seguida, todos aqui chegamos á conclusão depois da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Fontes, que o pavilhão se encontra em condições impróprias para a prática desportiva. O pavilhão, aquele pavilhão foi feito quando? Naquele calor tórrido que o Senhor Presidente falou, o que é que o Senhor era na altura, era o quê no executivo

municipal? E agora pegando nas suas palavras, se toda a gente chegou á conclusão que há problemas de execução naquela obra, pegando nas suas palavras, quando há mérito, há mérito ou quando não há mérito não há mérito, também lhe ficava bem dizer que também não há mérito do município. Eu sei que o Senhor tem um estigma, quer cortar com o passado, que há 12 anos não estava cá, mas estava no executivo, portanto se aquela obra tivesse mérito eu dava-lhe todo o mérito do mundo. Se aquela obra não tem mérito algum, então tenho de lhe dar o demérito que merece. Obrigado”.-

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“É muito simples, tenho a mesma responsabilidade que o vereador eleito pelo PSD desde 2009 a 2013 teve.”* -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com abstenção da bancada do PPD/PSD-CDS.PP, o Deputado António Paulo Monteiro Pinto Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.5 – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Fontes, para Aquisição de uma Carrinha de 9 lugares, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade, o Deputado António Paulo Monteiro Pinto Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.6** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Freguesia de Sever, para Reabilitação do Edifício e espaço do Campo de Paredes D’Arcã, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro

– Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Quando as coisas estão mal falamos, quando estão bem-feitas também falamos, temos de dar o mérito a quem as faz e as promove., no caso ao Presidente da Junta de Freguesia de Sever que aqui, e também tivemos acesso ao orçamento apresentado para a qualificação e reabilitação do edifício do espaço do campo de Paredes D’Arcã no mesmo documento completo e rigoroso, que nos permite saber com critério, onde será aplicado o dinheiro, com mapas de quantidades, trabalhos a realizar e material a aplicar, ao contrário do orçamento apresentado para a reparação do telhado do pavilhão de Fontes. Apenas uma pergunta. Constatamos que no pedido da Junta de Freguesia refere que é um espaço sem atividade e degradado. Ora degradado eu confirmo porque desde criança conheço o espaço daquela forma, mas*

em relação ao uso discordo, porque funcionava lá até há bem pouco tempo, um tasco. Se me permite Senhor Presidente da Junta, tinha o espaço arrendado, existia alguma contrapartida financeira? Estava em uso gratuito ou em que situação se encontra o espaço? E já agora qual o destino que vai ser dado ao edifício?” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Sever, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“O que vai ser feito lá, vai ser criado um espaço para a Freguesia de Sever, vai ser feita a escritura, o registo, para um edifício de apoio às comissões de festas. Era um espaço que era usado pela comissão de festas, mas estava ilegal. Agora, a junta de freguesia está a legalizar esse espaço.” -----*

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Nós temos de esclarecer aqui umas coisas pois até parece que os nossos Presidentes de Junta têm medo de ouvir a bancada da AD. Nada disso. O que se passa é que havendo um parecer da ANAFRE, havia a dúvida se o Senhor Presidente da Junta podia participar ou não na votação do ponto. Eu sempre defendi que sim, mesmo na assembleia até porque não votam diretamente para ele, votam para todos. Naturalmente, estamos num ano de eleições e porque existe uma queixa contra aquele espaço, entendeu-se que os Senhores Presidentes, como era direcionado á freguesia, que o Senhor Presidente se ausentasse da discussão do assunto e não votasse. Agora na deliberação está uma condicionante, tem a ver com o registo. Portanto, tudo o que se passou lá, até está registado, e não foi responsabilidade da freguesia. Todos sabemos os problemas que houve lá, o outro estabelecimento do nosso querido amigo Francisco Pereira, as situações que houve, depois as evoluções*

que houve e conviveram durante muitos anos, infelizmente parece que agora, não sei porquê, surgiu uma queixa conta aquele espaço, não formalizada. Mas é só esta a razão dos Senhores Presidentes de Junta se ausentarem da discussão dos assuntos que lhe dizem respeito”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Sr. Presidente, Senhores Presidentes, é verdade que eu muitas vezes faço perguntas até com alguma maldade, mas esta pergunta foi mesmo uma pergunta sincera, perguntar se recebiam alguma renda ou se estava destinado aquilo à pessoa que lá estava e também perdeu a parte onde lhe dou os parabéns por efetivamente ter apresentado um orçamento que tinha tudo bem explicitado.” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade, o Deputado José Manuel Amorim Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Sever, ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à União de Freguesias de Louredo e Fornelos, para a colocação de Caixilharia na antiga Sede da Junta de Freguesia de Louredo – Fiolhais, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade, o Deputado Gil Carlos Lourenço Teixeira, Presidente da Junta da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à União de Freguesias de Louredo e Fornelos, para Pavimentação e Arranjo de Caminhos, bem como Aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração, conforme o disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Aqui quero aproveitar este ponto para dizer o seguinte. No que ao Concelho diz respeito, a apoios e comparticipações financeiras às Juntas de Freguesia, nota-se precisamente e perfeitamente que estamos em ano de eleições. Ao longo de 3 anos as Juntas de Freguesia ficam a ver navios, com uma mão á frente e outra atrás e no último ano de mandato premeia-se a fidelidade das mesmas, recebendo num só ano aquilo que por direito deviam receber todos os anos ao longo de um mandato inteiro. Meus senhores, enquanto se preocuparem apenas com a vossa sobrevivência e subsistência política, o Concelho só avança um pouquinho, no último dos 4 anos de mandato.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Eu cada vez fico mais confuso e já nem sei o que dizer. Na última assembleia fomos criticados porque não dávamos nada às Juntas, agora somos criticados porque damos às Juntas, não percebo, não consigo perceber. Nós fomos acusados de não darmos nada, agora estamos a dar, é eleitoral. Em 2017 foi sereno, 2021 foi sereno e concordamos todos que 2025 vai ser sereno. Agora uma coisa, nós não podemos andar a recuperar o edificado todos os anos, e não podemos dar dinheiro sem orçamentos pelos vistos, e não podemos andar a dar dinheiro duas vezes para a mesma coisa. Agora vamos ver o investimento que se fez nas freguesias e também já agora podia falar também porque é que a Cumieira não tem e vai ter, exatamente porque a transparência foi tanta que eu numa reunião de Câmara Municipal disse aos Senhores Vereadores que a Cumieira não tinha mas que ia ter, e também lhes disse que não foi dado em 2024 por causa da gestão financeira, porque nós tínhamos de inscrever o saldo para termos folga orçamental, que não era financeira e também lhes disse que estávamos a contar com 1 milhão e 200 mil de saldo e só temos 740, porque nos falta receber 600 mil euros do IRU que nós adiantamos em Dezembro. Isto é muito transparente, o que está em cima da mesa é muito simples. O pavilhão de Fontes precisa ou não de obras? É feito. Sever deu os parabéns, apoiado, viatura, mais de uma vez foi falado com a Junta de Freguesia, apoiado, Junta de Fornelos, apoiado., quer pavimentar apoiado. Agora, vir dizer que vão sobreviver porque o Presidente da Junta vai pôr 3 ou 4 janelas na Sede da Freguesia. Não dá votos. Agora têm de perceber uma coisa muito simples. O mandato é de 4 anos, os autarcas são candidatos para trabalhar pelos 4 anos. Esta ideia de que é de ano a ano, é uma*

asneira porque, se fizer obras no 1º mandato as pessoas esquecem, se fizerem muitas obras no último as pessoas não gostam, por isso, as vitórias sucessivas do Partido Socialista foram todas elas construídas sem exceção durante os 4 anos e nunca precisamos de obras”. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade, o Deputado Gil Carlos Lourenço Teixeira, Presidente da Junta da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025, contemplando a integração do saldo de execução orçamental 2024, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **2.10** – Deliberar sobre o projeto de Regulamento de Vendas de produtos regionais, merchandising e souvenirs do Município de Santa Marta de Penaguião, para efeito do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 setembro e proceder à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante

publicação no Diário da República – Deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos não foram presentes à Mesa quaisquer pedidos de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, José Emílio Esteves da Silva, com funções de 1.º Secretário, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:00 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

Daniel Filipe Matos dos Santos

1.º Secretário,

José Emílio Esteves da Silva